

médico

nº 161 Março / Abril

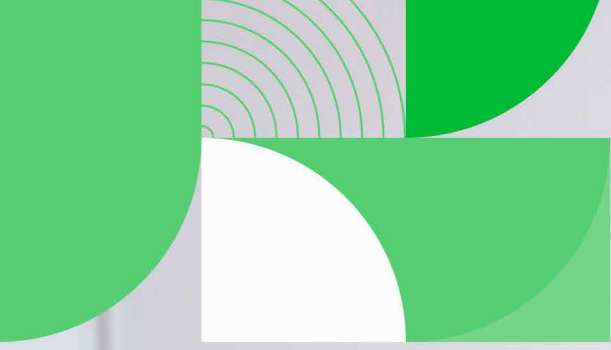


SindMédico
DISTRITO FEDERAL

É PRESENTE

SindMédico-DF

É FORTE
É NOSSO



Defendemos você!



O SindMédico-DF luta pelos **seus direitos**,
garantindo melhores condições de trabalho
e **valorização profissional.**

Sumário

ENTREVISTA	8
<i>Proteção ao médico e ao exercício da Medicina – Dr. Lairson Rabelo e Dr. Ognev Cosac falam sobre a importância do SindMédico-DF para a classe médica do DF</i>	
ARTIGO	14
<i>Terceirizar a pediatria não salvou nossas crianças. E o caos continua</i>	
SINDICAIS	16
<i>SindMédico-DF vai ao Congresso Nacional e ao MPDFT em defesa dos interesses dos médicos</i>	
CAPA	18
<i>Mais que luta: conquistas que transformam a realidade dos médicos no DF</i>	
ACONTECEU	30
<i>Rooftop SindMédico: celebração e união em um cenário inspirador</i>	
MEDICINA PÚBLICA	32
<i>Sindicato reforça cobranças ao GDF após vitórias nas emergências pediátricas</i>	
BASTIDORES DA POLÍTICA	37
<i>Nova edição da Demografia Médica confirma que o déficit de profissionais no SUS do DF não se deve à falta de médicos no mercado de trabalho</i>	
JURÍDICO	38
<i>TJDFT afirma inconstitucionalidade em legislação distrital sobre prescrição de medicamentos pela enfermagem</i>	

SINDMÉDICO

Presidente:

DR. GUTEMBERG FIALHO

Vice-presidente:

DR. CARLOS FERNANDO DA SILVA

Secretário-geral:

DR. BAEON PEREIRA ALVES

2º Secretário:

DR. GUSTAVO EMILIO ROMANHOLO FERREIRA

Tesoureiro:

DR. LUIS SALES SANTOS

2º Tesoureiro:

CANTIDIO LIMA VIEIRA

Diretor Jurídico:

DR. ALEXANDRE JOSÉ OLIVEIRA DE OMENA

Diretor de Inativos:

DR. FRANCISCO JOSÉ ROSSI

Diretor de Ação Social:

DR. TIAGO NEIVA

Diretor de Relações Intersindicais:

DR. ALEXANDRE JOSÉ OLIVEIRA DE OMENA

Diretor de Assuntos Acadêmicos:

DRA. VIVIANE CRISTINA ULIANA PETERLE

Diretora de Imprensa e Divulgação:

DRA. ADRIANA GRAZIANO

Diretora de Cultura:

DRA. LÍLIAN SUZANY PEREIRA LAUTON

Diretor de Medicina Privada:

DR. FRANCISCO DIOGO RIOS MENDES

Diretores adjuntos:

DR. ANTÔNIO GERALDO DA SILVA

DR. CEZAR DE ALENCAR NOVAIS NEVES

DR. FILIPE LACERDA DE VASCONCELOS

DR. FLÁVIO HAYATO EJIMA

DR. JOÃO VICENTE TEODORO G. DA SILVA

DR. ROGERIO NOBREGA R. PEREIRA

DR. LEONARDO RODOVALHO

DR. IVAN DE FARIA MALHEIROS

DR. JOSE HUMBERTO DE SOUZA BORGES

DR. JOSÉ CARLOS DE ALMEIDA

DRA. FIRMA AMELIA GARCEZ DE LUCENA

Conselho Fiscal:

DR. ARTUR DA ROCHA MOREIRA NETO

DR. ELOADIR DAVID GALVÃO

DR. GUSTAVO CARVALHO DINIZ

DR. REGIS SALES DE AZEVEDO

REVISTA MÉDICO

Conselho Editorial:

DRA. ADRIANA GRAZIANO

DR. CARLOS FERNANDO

DR. GUTEMBERG FIALHO

Textos:

CARLA RODRIGUES

NICOLAS BONVAKIADES

Fotografia:

ANDERSON BENJAMIM

Direção de arte e editoração:

MARCELO BARRETO

Coordenação:

LOYANG KIPERSTOK

Fale com a redação:

imprensa@sindmedico.com.br

+55 (61) 3244-1998

Contato comercial:

ROGÉRIO MENDES

+55 (61) 3244-1998

gerencia@sindmedico.com.br

Tiragem: 12.000 exemplares

Ed. Centro Clínico Metrópolis

SGAS 607, Cobertura 01

CEP: 70200-670

Tel.: +55 (61) 3244-1998

sindmedico@sindmedico.com.br

www.sindmedico.com.br



BASTA!

Médico, denuncie
casos de violência

ao SindMédico-DF. Seja verbal ou física.

sindmedico.com.br/denuncie

Vitórias que transformam vidas



Dr. Gutemberg Fialho
Presidente do SindMédico-DF

Nosso Sindicato é muito mais que uma entidade de defesa; ele é, acima de tudo, um reflexo da nossa luta, da nossa resistência e, mais ainda, das nossas conquistas. O que celebramos nesta edição da revista Médico não são apenas números ou títulos — são vitórias que transformam a vida de cada médico, que ressignificam a nossa profissão e que reafirmam o compromisso inabalável que temos com a valorização da medicina no Distrito Federal.

O ganho da incorporação da Gratificação de Atividade Médica ao salário base, a reformulação do Plano de Carreira, as vitórias jurídicas que garantiram direitos fundamentais, como o adicional de insalubridade e a aposentadoria antecipada — são conquistas que não aconteceriam sem a força da união da nossa categoria. Cada ação, cada passo dado, é resultado do trabalho coletivo e da certeza de que a saúde e a medicina no DF merecem ser respeitadas.

Não podemos esquecer das vitórias pessoais que celebramos a cada atendimento jurídico, a cada consulta, a cada ajuda concreta que damos aos nossos colegas. Desde a primeira ação do ReviSalário, até o trabalho contínuo de garantir que nossos direitos sejam respeitados, nossa equipe jurídica tem sido incansável. Hoje, são mais de 30 mil atendimentos individuais e mais de R\$ 40 milhões em precatórios pagos: números que refletem o empenho de quem sabe que cada médico é, antes de tudo, um ser humano.

A luta contra a precarização da saúde pública é outra face importante da nossa resistência. Desde a tentativa de entrega do Hospital de Santa Maria ao modelo de gestão privada até a resistência ao IGES-DF, temos sido a voz que denuncia o que muitos preferem ignorar. O SindMédico-DF sempre estará na linha de frente da defesa da saúde pública, porque acreditamos que o SUS é, sim,

um patrimônio de todos. E nossa força vem dos valores que compartilhamos e da certeza de que, juntos, somos muito mais fortes.

É com orgulho que também olhamos para o futuro da medicina suplementar. Nossos mais de 13 mil colegas da rede privada de saúde sabem que podem contar com o SindMédico-DF para garantir que sua profissão seja respeitada. Não permitiremos que as grandes corporações sigam explorando o trabalho médico, e continuaremos firmes no movimento “Saúde sem Exploração”.

A nossa comunicação tem sido outro pilar de toda essa transformação. Com campanhas impactantes e presença marcante nas redes sociais, conseguimos levar a nossa mensagem a milhões de pessoas, promovendo a conscientização sobre temas essenciais da saúde e da nossa categoria. O nosso engajamento digital e institucional tem mostrado a todos que o SindMédico-DF é uma entidade viva, que respira e se transforma junto com os desafios da sociedade.

É, portanto, com um imenso senso de orgulho e responsabilidade que compartilho essas conquistas com todos vocês. Mas, mais do que isso, quero reforçar que a nossa luta está longe de terminar. Temos muito a conquistar ainda, e para isso, precisamos continuar unidos. A união é a nossa maior força.

Agradeço imensamente a cada um de vocês, médicos e médicas, que fazem parte dessa história. E, como sempre, reafirmo o nosso compromisso de seguir trabalhando incansavelmente por um futuro mais justo e digno para todos.

**Boa
leitura!**

Proteção ao médico e à Medicina

Defesa por uma remuneração justa, por melhores condições de trabalho e por respeito na atividade médica são aspectos constantes na atividade do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal (SindMédico-DF). Mas qual teria sido a maior realização ou conquista do SindMédico-DF ao longo dos anos?

A Revista Médico fez esta pergunta a dois médicos veteranos, que acompanharam a história do Sindicato sob o foco de sindicalizados e de dirigentes de uma entidade médica parceira – a Associação Médica de Brasília (AMBr). Confira as entrevistas com o cardiologista Lairson Vilar Rabelo e o cirurgião plástico Ognev Cosac.

O Dr. Lairson Vilar Rabelo é cardiologista, servidor aposentado da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal e do Ministério da Saúde. Foi presidente da Associação Médica de Brasília (AMBr), entre 2005 e 2011, e vice-presidente da Associação Médica Brasileira. É médico sindicalizado desde 1977.

Cirurgião plástico, o Dr. Ognev Cosac presidiu a AMBr entre 2018 e 2023, foi três vezes presidente da Sociedade Brasileira de Cirurgia Plástica Regional DF e integra a Câmara Técnica de Cirurgia Plástica do Conselho Federal de Medicina. É filiado ao SindMédico-DF desde 1999.

O Sindicato é a nossa defesa

Entrevista com o
Dr. Lairson Vilar Rabelo

***O nosso
Sindicato
sempre
foi muito
atuante; eu
diria que é
muito ‘vivo’***



Revista Médico – Quando o senhor se sindicalizou e como tem sido a sua experiência com o SindMédico-DF?

Dr. Lairson Lairson – Eu sou um pioneiro no Sindicato. Eu me sindicalizei na época que se constituiu o Sindicato dos Médicos em Brasília. Eu nunca precisei dele em alguma questão pessoal, mas acho que o nosso Sindicato sempre esteve muito voltado e interessado pelas causas que dizem respeito à categoria médica, e isso eu acompanhei por um bom tempo.

Revista Médico – Na sua visão, qual é a importância do sindicato para os médicos do DF?

Dr. Lairson – A importância é grande. O Sindicato é a nossa defesa ante as agressões naturais que a categoria sofre por determinados segmentos. Eu tenho visto que a atuação do Gutemberg tem sido uma atuação muito aguerrida. Ele tem se envolvido muito com os problemas da categoria médica e eu acho que ele tem sido um defensor da categoria médica nesse período em que ele já vem à frente do sindicato.

Revista Médico – Os médicos do DF conseguiram, por meio da atuação sindical, uma série de conquistas importantes. Qual o senhor considera a mais importante?

Dr. Lairson – Acho que o nosso Sindicato sempre foi muito atuante; eu diria que é muito “vivo”. Eu não vejo uma questão do que foi mais importante. Eu vejo o conjunto da luta que o Sindicato faz em defesa da categoria médica. Pontualmente, eu não vejo que a grande coisa foi isso ou foi aquilo. Eu acho que o importante tem sido a defesa que o sindicato sempre fez da nossa categoria.

Revista Médico – E qual é a importância de o médico ser sindicalizado?

Dr. Lairson – A importância é grande. Primeiro que quanto maior o número de médicos, nós somos mais fortes. Então, eu entendo que todo médico teria que ser sindicalizado da mesma forma que eu acho que todo médico deveria também pertencer à Associação Médica. Porque esses são os mecanismos que nós temos para sermos fortes.

Revista Médico – Se o senhor pudesse resumir em uma palavra ou frase o significado do SindMédico, qual seria?

Dr. Lairson – O Sindicato é a nossa grande defesa. E isso nós temos observado ao longo do tempo. Eu acho que isso é uma coisa muito salutar e absolutamente necessária. À época em que o sindicato nasceu, havia até algumas posições antagônicas que achavam que o médico não precisava de sindicato. Esse ponto de vista está absolutamente errado. Eu acho que nós precisamos, e muito, do Sindicato.



O médico tem a proteção do Sindicato

Entrevista com o
Dr. Ognev Cosac



Acompanhei de perto, nos últimos 10 anos, o trabalho do sindicato e acho que esse trabalho é bastante importante e tem surtido efeitos muito bons

Revista Médico – Qual a sua experiência com o SindMédico-DF?

Dr. Ognev – Eu me filiei ao SindMédico há uns 20 anos, visando o fortalecimento do associativismo médico. Eu acho que o associativismo médico em todos os níveis é de muita importância para a agregação do médico e a defesa da atividade médica em todos os sentidos. Não só na sua formação, mas também no exercício da sua atividade profissional.

Revista Médico – Os serviços do sindicato lhe foram úteis em algum momento?

Dr. Ognev – Eu usei a orientação do Departamento Jurídico do Sindicato no meu processo de aposentadoria, onde fui prontamente atendido e com muita eficiência. Também tive uma situação em que eu tive um problema judicial e o Departamento Jurídico do Sindicato também me deu pronta orientação. Eu sei que tem serviços, que tem outros tipos de orientações, mas eu não fiz utilização desses outros serviços.

Revista Médico – O que o senhor destaca entre as ações que têm sido desempenhadas na defesa da classe médica?

Dr. Ognev – As batalhas judiciais que o movimento médico tem travado com as diversas entidades, governamentais ou não, e de outras especialidades, principalmente da área de saúde e de outras profissões, eu acho que têm sido muito boas, porque combatem o exercício ilegal da Medicina. Eu acho isso um ponto fundamental para a defesa do médico e da Medicina e da qualidade de assistência à população.

Revista Médico – O senhor acompanhou a atuação do SindMédico-DF de perto, como uma das lideranças do movimento médico no DF. Como o senhor avalia essa atuação?

Dr. Ognev – O sindicato tem feito um bom trabalho em garantir que o médico tenha uma remuneração justa, boas condições de trabalho e que haja um número suficiente de médicos para atender a população, nas portas de entrada dos hospitais, seja pronto socorro ou UPA. Eu acompanhei de perto, nos últimos 10 anos, o trabalho do sindicato e acho que esse trabalho é bastante importante e tem surtido efeitos muito bons em termos de ganho para a atividade médica ser exercida com mais dignidade.

Revista Médico – Qual é a importância da sindicalização para o médico?

Dr. Ognev – O médico sindicalizado tem a proteção do sindicato, que é uma entidade forte e respeitada. E os médicos precisam estar unidos, seja através do Sindicato ou de outras entidades. A agregação do associativismo médico é que pode trazer maior proteção ao médico, à Medicina e à qualidade de assistência à população.

Revista Médico – O que o senhor diria para um colega médico que ainda não conhece o sindicato?

Dr. Ognev – Que ele faça uma visita ao Sindicato, que converse com os dirigentes para tomar conhecimento do que é a entidade e também das outras entidades médicas, como a Associação Médica de Brasília. Essas entidades têm um foco comum, que é a proteção da atividade médica. O sindicato é fundamental para que o médico tenha uma boa proteção, pelos serviços que o sindicato presta e até mesmo pela luta que ele faz para defender o ganho do médico e as condições de trabalho, para defender uma boa assistência médica à população.

REVISÃO DE CONTRACHEQUE

O seu salário pode ser
MAIOR!

**SEM BUROCRACIA
E SEM CUSTO ADICIONAL**
aos nossos sindicalizados

Agende seu atendimento:

3244-1998

ou acesse **sindmedico.com.br**

Terceirizar a pediatria não salvou nossas crianças. E o caos continua

Dra. Adriana Graziano

Diretora de Imprensa e Divulgação do SindMédico-DF



A infância é a fase mais sensível do desenvolvimento humano. É nesse período que formamos nossos vínculos, consolidamos nossa imunidade, criamos a base da nossa saúde física e emocional. Quando uma criança adoece, não adoece só o corpo: adoece a família, adoece a esperança de um futuro saudável. É por isso que cuidar da saúde das crianças não é apenas uma atribuição do Estado — é um compromisso moral, social e civilizatório.

Mas o que temos visto no Distrito Federal é o completo abandono desse compromisso.

A pediatria da rede pública está em colapso. E essa crise não é nova, nem inesperada. Ela é fruto de anos de negligência, de enfraquecimento das políticas públicas e de uma gestão que optou por soluções fáceis, imediatistas e, sobretudo, ineficazes.

Em janeiro de 2025, o Governo do Distrito Federal anunciou a contratação emergencial de empresas para suprir a falta de pediatras nas unidades públicas. O investimento foi alto — mais de R\$ 17 milhões. O discurso era bonito: “nenhuma criança ficaria sem atendimento”. Na prática, o que estamos assistindo é mais um capítulo da precarização do SUS.

As escalas seguem com buracos. Hospitais regionais inteiros ainda operam sem cobertura pediátrica. Nas UPAs, sob gestão do Iges, mães e pais continuam enfrentando filas, peregrinações e portas fechadas. É angustiante ser pediatra e ouvir relatos de responsáveis que passaram por três, quatro unidades diferentes sem conseguir atendimento para uma criança febril ou com dificuldade respiratória.

A terceirização não apenas falhou em resolver o problema — ela criou distorções graves. Embora o objetivo declarado fosse suprir lacunas de cobertura, observa-se, na prática, que a distribuição dos plantões por parte das empresas contratadas nem sempre atende às reais necessidades das unidades. Essa desorganização tem contribuído para escalas desiguais e sensação de abandono em diversas regiões. Enquanto isso, os servidores efetivos seguem sobrecarregados, muitas vezes cobrindo plantões sozinhos, sem suporte, sem equipe mínima e com salários que não acompanham a responsabilidade do cargo.

Há ainda um problema que fere qualquer princípio de justiça e valorização profissional: os pediatras contratados por empresa chegam a receber mais do que os concursados. É o dinheiro público financiando um modelo que despreza quem está há anos sustentando a pediatria do SUS com esforço, resiliência e compromisso.

E esse modelo vem sendo construído sobre um terreno já devastado. Em 2014, a Secretaria de Saúde do DF contava com 684 pediatras. Em abril de 2025, somos apenas 445. Uma redução de 35% em uma década. Nesse período, 603 pediatras foram nomeados, mas só 124 aceitaram tomar posse. Isso não é coincidência — é sintoma de uma rede que perdeu atratividade. Sem condições adequadas de trabalho, sem estabilidade funcional respeitada, sem perspectiva de valorização, os médicos simplesmente não ficam.

A terceirização virou o atalho do governo para não encarar o problema de frente.

É mais fácil terceirizar do que fazer concurso. É mais fácil anunciar contratos emergenciais do que criar um plano de carreira robusto e transparente. É mais fácil transferir a responsabilidade do cuidado com as crianças para empresas do que assumir que o SUS precisa de investimento, planejamento e gestão pública qualificada.

Só que esse atalho está custando caro. Está custando vidas.

A saúde da infância não pode depender de improviso. Ela exige continuidade, vínculo, presença. Exige equipes bem formadas, integradas ao território, conhecedoras da comunidade. Não se constrói isso com contratos temporários e plantões fragmentados. O cuidado com a criança começa no pré-natal e segue ao longo de toda a infância. Cada etapa importa. Cada ausência deixa marcas.

É por isso que seguimos dizendo: saúde não é mercadoria. Pediatria não é peça de lei-lão. Criança não pode esperar. Precisamos de concurso público, estrutura, valorização real dos profissionais da rede.

ENARE NÃO ELIMINA NECESSIDADE DE EXAME DE PROFICIÊNCIA

O presidente do SindMédico-DF, Dr. Gutemberg Fialho, e o vice, Dr. Carlos Fernando, participaram da 7ª Reunião da Comissão de Assuntos Sociais do Senado, no dia 9 de abril. Lá, foi discutido o Projeto de Lei (PL) nº 2.294/2024, de autoria do senador Astronauta Marcos Pontes (PL/SP). A proposta institui o Exame Nacional de Proficiência em Medicina como requisito obrigatório para a inscrição de novos médicos nos Conselhos Regionais de Medicina.

O relator da matéria é o presidente da Frente Parlamentar Mista da Medicina (FPMed), senador Hiran Gonçalves (PP/RR), que já se manifestou favoravelmente. Caso seja aprovada na CAS e não haja requerimento para análise em plenário, o projeto poderá seguir diretamente para a Câmara dos Deputados, por tramitação terminativa. “Diante da explosão de escolas de Medicina, sem o devido controle da qualidade de ensino, torna o exame de

proficiência uma necessidade urgente”, afirma Dr. Gutemberg.

Enamed X Exame de proficiência

Em paralelo à tramitação do PL 2.294/24, o Ministério da Educação publicou a Portaria no 330/2024, no dia 24/04, que instituiu o Exame Nacional de Avaliação da Formação Médica (Enamed). Para o senador Hiran Gonçalves a iniciativa é válida, mas não substitui o que se pretende com o Exame Nacional de Proficiência em Medicina.

“O exame de proficiência vai além: avalia não só o conhecimento técnico, mas também a prática clínica e a ética profissional”, afirmou o senador por suas redes sociais. O Conselho Federal de Medicina, por sua vez, aponta que, embora seja pertinente, o Enamed não tem desdobramentos, independente do resultado alcançado, como já ocorria com o Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade).

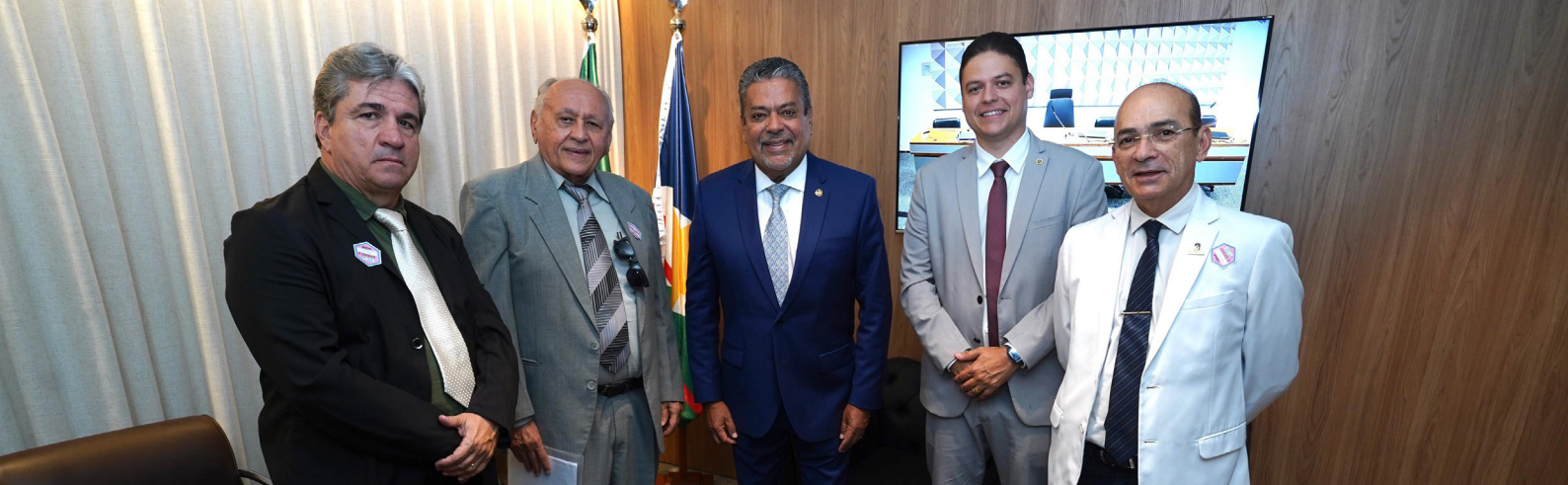


PISO SALARIAL FOI ASSUNTO DE REUNIÃO NO SENADO

O vice-presidente do SindMédico-DF, Dr. Carlos Fernando, representou o SindMédico-DF e a Federação Médica Brasileira em uma reunião crucial no gabinete do senador Nelsinho Trad para discutir o piso salarial dos médicos e odontólogos, no dia 02 de abril.

Trad é relator do Projeto de Lei no 1.365/2022, o

qual altera a Lei nº 3.999, de 15 de dezembro de 1961, que definia o piso salarial para médicos e cirurgiões-dentistas. “Essa é uma pauta essencial para garantir dignidade e respeito a todos os profissionais da saúde e o texto foi elaborado para não incorrer no erro que tornou teto o piso salarial de outras categorias da saúde”, destaca Carlos Fernando.



ISENÇÃO DE IR PARA PESSOAS COM DOENÇAS GRAVES É BANDEIRA DO SINDMÉDICO-DF

Representantes do SindMédico-DF estiveram com o senador Hiran Gonçalves (PP-RR) para tratar da manutenção de direitos já garantidos aos servidores públicos na proposta de Reforma Tributária que tramita no Congresso Nacional.

“Levamos ao senador a pauta dos servidores com doenças graves, que hoje têm isenção de imposto de renda. Nosso pedido foi claro: esses direitos precisam ser preservados!”, enfatiza Dr. Gutemberg. O presidente do SindMédico-DF aponta que o servidor público não pode pagar mais essa conta. São pessoas com doenças graves, que conquistaram na Justiça o direito à isenção.

SINDMÉDICO-DF E CLDF COBRAM MORALIZAÇÃO NA GESTÃO DA SAÚDE

Quarentena para ex-gestores do Iges-DF assumirem cargos na Secretaria de Estado de Saúde é o objeto do Projeto de Lei 1.630/25, proposto pela deputada Paula Belmonte, no início de abril. No dia 8, o SindMédico-DF encaminhou ofício à deputada, elogiando a iniciativa.

O Sindicato também sugeriu alteração no período de quarentena previsto, de seis meses para dois anos, a exemplo das propostas que tramitam no Congresso Nacional para quarentenas na esfera federal.


“A sociedade precisa de gestores comprometidos com a ética e a transparência. O SindMédico segue vigilante na defesa da moralidade administrativa e do bom uso dos recursos da saúde”, destaca o presidente do SindMédico-DF, Dr. Gutemberg Fialho.

PROSUS ACOMPANHA POSSÍVEL RENEGOCIAÇÃO DE REPOSIÇÃO DE DIAS PARADOS

Dr. Gutemberg Fialho e Dr. Carlos Fernando reuniram-se com as promotoras Hiza Lima e Lúvia Rabelo, da Promotoria de Defesa da Saúde (Prosus) do MPDFT, no dia 2 de abril, para tratar do prazo para compensação das horas pendentes dos médicos que participaram da greve. As promotoras informaram que acompanham o andamento da representação feita pelo Sindicato para possível negociação.

Durante o encontro, também foram debatidas as péssimas condições de trabalho enfrentadas pelos profissionais da saúde: a preocupação com a terceirização de áreas essenciais como Pediatria, Radiologia, Oncologia e Anestesia, além das Ações Cíveis Públicas movidas pelo Sindicato contra o Decreto no 46.855/25 e o possível conflito de interesses na nomeação do atual secretário de Saúde.





**Mais que luta:
conquistas que
transformam a
realidade dos
médicos no DF**



De avanços históricos à resistência contra a precarização da saúde pública, o SindMédico-DF reafirma seu compromisso com os médicos do Distrito Federal em cada ação.

O que faz um sindicato ser mais que um canal de defesa? O que o torna um agente de transformação concreta na vida de seus representados? No Distrito Federal, a resposta tem nome: SindMédico-DF.

Ao longo da atual gestão, a entidade tem reforçado seu papel essencial na valorização da medicina, na defesa dos direitos dos médicos e na resistência ativa às ameaças contra a saúde pública. “Cada conquista que apresentamos é fruto da nossa luta coletiva, construída com dedicação e compromisso com a categoria médica. Seguimos firmes para que a medicina no DF continue sendo respeitada e exercida com dignidade”, afirma o presidente do Sindicato, Dr. Gutemberg.



Conquistas salariais e estruturais que marcaram época

Um dos maiores marcos da atual gestão foi a incorporação da **Gratificação de Atividade Médica (GAM)** ao salário base dos médicos da Secretaria de Saúde do DF. A medida, resultado da campanha “A Saúde de Luto”, trouxe estabilidade, segurança jurídica e um ganho real de até 64,73% na remuneração. Na última referência da carreira, o salário passou de R\$ 14.165,20 para R\$ 23.334,20.

“Não foi apenas um reajuste. Foi uma conquista que mudou a realidade de muitos colegas e reforçou o respeito à nossa profissão”, destaca o vice-presidente do SindMédico-DF, Dr. Carlos Fernando.

Outro avanço relevante foi a reformulação do Plano de Carreira, Cargos e Salários (PCCS), que

garantiu aumentos de até 39% para médicos em início de carreira e 14,7% para os mais experientes, além de reajustes automáticos para aposentados. A conquista tornou a carreira médica no serviço público do DF uma das mais atrativas do país – embora ainda tenhamos muito a conquistar.

A redução do tempo de ascensão funcional, de 25 para 18 padrões, também foi conquistada na atual gestão, acelerando a progressão na carreira e melhorando os rendimentos de longo prazo. “Foi uma conquista estratégica. Reduzir o tempo de ascensão funcional significa respeitar o tempo de trabalho e a dedicação do médico. Isso valoriza a carreira e garante rendimentos melhores”, explica Dr. Gutemberg.



Vitórias jurídicas que asseguram direitos e rendimentos

A atuação jurídica do Sindicato é um pilar de proteção e conquistas contínuas. Com mais de 30 mil atendimentos individuais realizados e centenas de ações coletivas, o SindMédico-DF garantiu, por exemplo, que o pagamento do adicional de insalubridade fosse mantido mesmo durante férias e licenças. Graças à decisão judicial obtida, mais de 7 mil médicos foram diretamente beneficiados ao longo dos anos.

Já por meio dos Mandados de Injunção 836 e 837, também conquistado pelo Sindicato, o Supremo Tribunal Federal reconheceu o direito à contagem especial de tempo para aposentadoria, permitindo antecipação das aposentadorias e do recebimento do abono permanência.

“Antes dessa conquista, o médico precisaria trabalhar até dez anos a mais para ter acesso ao mesmo direito. É, sem dúvida, uma vitória histórica para os profissionais de saúde. E vale lembrar: esse avanço não beneficiou apenas os médicos, mas também impactou positivamente diversos outros servidores públicos”, salienta o advogado de Direito Previdenciário, da Advocacia Riedel, José Hailton Lages Diana Júnior.

Essa atuação jurídica firme e contínua também resultou em conquistas financeiras expressivas: nos últimos anos, mais de R\$ 40 milhões em precatórios foram pagos a médicos, com mais de 1.500 profissionais recebendo valores devidos graças ao trabalho técnico e estratégico da assessoria jurídica do SindMédico-DF.



Saúde pública protegida: resistência à terceirização

Desde as primeiras tentativas de terceirização da saúde no DF, o SindMédico-DF tem sido a principal força de contenção. A entidade denunciou iniciativas como a parceria com a Fundação Zerbini e a entrega do Hospital de Santa Maria à Real Sociedade Portuguesa de Beneficência. Também mobilizou médicos, sociedade e parlamentares contra a criação do Instituto Hospital de Base do DF (IHBDF).

“O Instituto Hospital de Base, hoje Iges-DF, é o maior símbolo do desmonte da saúde pública no Distrito Federal. É uma estrutura marcada pela precarização do trabalho médico, pela falta de transparência e pela ineficiência na gestão. Desde o início, alertamos que esse modelo traria mais

caos do que solução — e é exatamente isso que a população e os profissionais vivem hoje”, afirma o presidente do SindMédico-DF, Dr. Gutemberg.

E, apesar do Iges-DF ter se concretizado — com o apoio de diversos parlamentares do DF — a luta do sindicato segue ativa. Além de denunciar diversas tentativas de terceirizações, a atual gestão combate fortemente a proposta de Parceria Público-Privada para os serviços de apoio ao diagnóstico por imagem da SES-DF, cujo valor estimado é de R\$ 30 bilhões ao longo de 20 anos. “Não podemos aceitar que a saúde se torne um negócio para poucos. Nosso compromisso é com a população e com os médicos”, completa Dr. Gutemberg.



O SindMédico-DF também tem se destacado na defesa dos mais de 13 mil médicos que atuam na rede privada de saúde no DF. Sob a liderança do presidente Dr. Gutemberg, o Sindicato reativou a Comissão Distrital de Honorários Médicos e lançou o movimento “Saúde sem Exploração”, que enfrentou a lógica predatória das operadoras e abriu espaço para discussões públicas, como o I Seminário de Saúde Suplementar do DF.

Além disso, a entidade atuou junto ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE) para impedir a concentração da gestão dos hospitais privados do DF em um único grupo empresarial, o que poderia comprometer 60% dos leitos privados da capital. A atuação combativa também impediu a tramitação de

projetos de lei que prejudicariam a remuneração médica em clínicas e consultórios, como o PL 1.248/20. Esse projeto pretendia isentar de pagamento consultas médicas com mais de 30 dias desde a primeira consulta realizada.

“Não podemos aceitar que os médicos da saúde suplementar sejam tratados como peças descartáveis por grandes corporações”, destaca o vice-presidente, Dr. Carlos Fernando. E completa: “nosso papel é garantir condições dignas de trabalho, remuneração justa e respeito profissional. O movimento Saúde sem Exploração é um marco nessa luta e mostra que o SindMédico-DF está atento, ativo e ao lado dos mais de 13 mil médicos da rede privada.”



**Assistência ampla e
contínua ao médico
sindicalizado**

Com estrutura sólida e serviços estratégicos, o SindMédico-DF oferece suporte direto à vida profissional dos médicos. Foram mais de 6.500 atendimentos pelo ReviSalá-

rio, com 40% dos médicos recuperando até R\$ 90 mil em valores pagos incorretamente pelo Governo do Distrito Federal.

Também se destacam:

Atendimento jurídico 24 horas, com mais de 2 mil casos por ano;

Simulador de aposentadoria online, exclusivo para servidores do GDF;

Livro de Ocorrência Médica Digital, criado em 2022, para registro seguro e sigiloso;

Declaração gratuita do Imposto de Renda para sindicalizados;

Carteira de convênios com serviços de saúde, seguros e educação;

UTI móvel gratuita extensível a familiares;

Suporte completo em caso de falecimento do titular.

Comunicação ativa e mobilizadora

A comunicação estratégica da atual gestão é referência em mobilização digital e institucional. O Sindicato marcou presença com campanhas como “Caos na Saúde”, “Fato ou Fake?”, “Luto pela Saúde”, “Outubro Rosa Choque” e “Não Vacila, Vacina!”, todas com forte alcance popular e institucional.

Nas redes sociais, os resultados impressionam:

Instagram: mais de 2,2 milhões de visualizações em 2024;

Facebook: 1,5 milhão de visualizações;

YouTube: mais de 32 mil acessos anuais;

Revista Médico: 160 edições, com tiragem bimestral de 12 mil exemplares.



**Presente nos
momentos mais
difíceis: atuação na
pandemia**

Durante a crise da covid-19, o SindMédico-DF agiu com rigor para garantir segurança aos médicos. Cobrou EPIs, testagem, vacinação e denunciou a exclusão de médicos da rede privada do grupo prioritário de vacinação — obtendo liminar que permitiria a

importação de vacinas, caso o GDF deixasse de cumprir a obrigação de vaciná-los. Além disso, garantiu na Justiça a manutenção dos planos de saúde para 711 famílias de médicos sindicalizados, cujos contratos a operadora tentou rescindir unilateralmente.

Reconhecimento da categoria: Prêmio SindMédico



Desde 2006, o Prêmio SindMédico homenageia os profissionais que fazem a diferença na medicina do DF. São entregues troféus nas categorias: Revelação Médica, Pesquisa em Medicina, Medicinal Socialmente Responsável, Contribuição de Vida à Medicina, Medicina Acadêmica e Medicina Suplementar, além da Comenda do Mérito Sindical e placas de honra ao mérito. Já são 120 homenagens

ao longo dos anos, reafirmando que a excelência na medicina também merece aplausos.

Cada conquista, cada resultado, cada avanço apresentado nesta prestação de contas é reflexo de uma gestão comprometida com o que realmente importa: o médico. “Seguiremos incansáveis. Valorização profissional não é favor, é direito. Nossa força está na união e no trabalho concreto”, conclui Dr. Gutemberg.

Placar das Conquistas: O que o SindMédico-DF entregou para você



Valorização salarial

- Mais de 7.500 médicos da SES-DF impactados pelas negociações salariais
- Até 64,73% de ganho real com a incorporação da GAM ao salário base
- Com a incorporação, o Salário no final da carreira passou de R\$ 14.165,20 para R\$ 23.334,20
- Reajustes de até 39% no PCCS (início de carreira) e 14,7% (final de carreira)
- Redução do tempo de ascensão funcional: de 25 para 18 padrões

Vitórias jurídicas

- Mais de 30.000 atendimentos jurídicos individuais realizados
- Mais de 100 ações coletivas movidas pela categoria
- Mais de 15.000 ações individuais para garantir direitos
- Mais de R\$ 40 milhões pagos em precatórios, entre 2024 e 2025
- Mais de 1.500 médicos receberam valores devidos graças à atuação do Sindicato
- Pagamento de insalubridade mantido para mais de 7.000 médicos
- Aposentadoria antecipada garantida via Mandados de Injunção 836 e 837
- 711 famílias de médicos tiveram planos de saúde mantidos durante a pandemia





Planejamento de carreira e vida

- Mais de 6.500 médicos atendidos pelo ReviSalário
- Até R\$ 90 mil recuperados por profissional em revisão de contracheques e aposentadorias
- Simulador de Aposentadoria online exclusivo para médicos estatutários
- Livro de Ocorrência Médica Digital lançado, com armazenamento seguro por 20 anos
- Serviços adicionais: Declaração gratuita de IR, assessoria contábil e jurídica 24h

Luta contra a privatização e a precarização

- R\$ 30 bilhões – valor da PPP de diagnóstico por imagem combatida pelo Sindicato
- Criação da Organização Hospitalar do DF impedida pela atuação do SindMédico
- 2.221 médicos preservaram carga horária de 40 horas
- 41 radiologistas mantiveram jornada de 40 horas e remuneração integral
- Garantia de aplicação individualizada do teto salarial por vínculo de trabalho, evitando perdas



Saúde suplementar e mercado privado

- PL 1248/20 barrado – tentativa de limitar a cobrança de consultas
- Ação junto ao CADE evitou concentração de 60% dos leitos hospitalares em um só grupo
- Rearticulação da Comissão Distrital de Honorários Médicos
- Realização do movimento Saúde sem Exploração em favor de 13.000 médicos que atuam na saúde suplementar do DF



HRG: 58 anos de história e compromisso com a saúde!

O Hospital Regional do Gama completou mais um ano de serviços prestados à população, marcando uma trajetória de dedicação, desafios e superação. Mais do que um hospital, o HRG é um símbolo da resistência da saúde pública no DF.

O SindMédico-DF, representado pelo presidente Dr. Gutemberg e pelo vice-presidente Dr.

Carlos Fernando, esteve presente para homenagear todos os profissionais que constroem essa história com garra e compromisso. Nosso reconhecimento especial ao superintendente Willy Filho, ao diretor Ruber Paulo de Oliveira e a toda equipe que mantém o HRG de pé, mesmo diante das adversidades.

Hospital do Paranoá completa 23 anos de história

O Hospital Regional do Paranoá celebrou 23 anos de existência com uma festa que reuniu profissionais e comunidade. Dr. Carlos Fernando, vice-presidente do SindMédico-DF, esteve presente para parabenizar a equipe que mantém o hospital funcionando como um importante centro de atendimento à saúde da população.

“Estar aqui, neste momento de celebração, é reforçar nosso compromisso com todos os profissionais que, com coragem e dedicação, fazem com que este hospital seja um pilar fundamental para a região”, afirmou Dr. Carlos Fernando, destacando a importância de reconhecer o esforço coletivo de médicos, enfermeiros e demais servidores.

SBOT sob nova gestão

Em março, o SindMédico-DF se fez presente na posse da nova diretoria da Sociedade Brasileira de Ortopedia e Traumatologia (SBOT), que elegeu o Dr. Saulo Moraes Rodrigues de Castro como seu novo presidente. O evento, que reuniu grandes nomes da ortopedia nacional, foi um marco para a área e trouxe

à tona a importância da união entre os profissionais para enfrentar os desafios do setor.

Durante a cerimônia, Dr. Gutemberg e Dr. Carlos Fernando ressaltaram a relevância da ortopedia no contexto da saúde, parabenizando a nova gestão e desejando sucesso em sua missão.



Rooftop SindMédico: Celebração e união em um cenário inspirador

Em abril, a sede do SindMédico-DF se transformou em um cenário único para a medicina no Distrito Federal, com o Rooftop SindMédico. A cobertura do sindicato foi o palco de um encontro repleto de significado, onde médicos e amigos da saúde puderam celebrar suas conquistas, discutir os desafios da profissão e renovar o compromisso com a qualidade do atendimento público.

Confira as fotos!





SindMédico-DF renova cobranças ao GDF diante na crise anual da pediatria

Em reportagem publicada pelo Portal Metrô-DF, em 29 de abril, o presidente do SindMédico-DF voltou a apontar a falta de uma política de pessoal para recomposição do quadro de médicos no serviço público de saúde do Distrito Federal. Essa situação resulta em caos e aumento da insegurança no período da sazonalidade das síndromes respiratórias, quando se evidencia de forma contundente o déficit de pediatras no serviço público de saúde do Distrito Federal.

Com 35% menos pediatras do que havia em 2014, a pediatria se torna o foco principal do quadro de carência crônica de médicos no serviço público de saúde. Nem o aumento de oferta de atendimento pediátrico nas unidades de pronto atendimento (UPAs) nem a contratação de empresas prestadoras de serviço sequer igualam a força de trabalho de uma década atrás.

Nem as unidades sob administração do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF (Iges-DF) nem a contratação de empresa terceirizada preenchem o vácuo das contratações não realizadas de servidores estatutários.

São apenas 96 os pediatras contratados para

atender nas unidades de Ceilândia, Recanto das Emas, Sobradinho e São Sebastião, segundo consta na folha de pagamento do Iges referente ao mês de fevereiro. Enquanto a dedicação dos médicos concursados nas unidades públicas de saúde é, em média, de 30 horas semanais, os contratados celetistas do Iges têm uma carga horária menor, de 23 horas por semana.

A tentativa de suprir o aumento da demanda no período de sazonalidade das doenças respiratórias também não apresentou os resultados esperados pelo Governo do Distrito Federal. Segundo denúncia do Ministério Público de Contas, de 175 esperados, apenas 38 foram efetivamente contratados pela empresa Medprime.

O presidente do SindMédico-DF, Gutemberg Fialho, e o vice, Carlos Fernando, percorreram unidades pediátricas nesse período, confirmaram in loco o déficit e encaminharam relatórios à SES-DF, ao Ministério Público, Ministério Público de Contas, Ministério Público do Trabalho e ao Conselho Regional de Medicina, para adoção de medidas pertinentes a cada órgão de controle.

Pediatras nas unidades de saúde administradas pela SES-DF

Ano	Abr/14	Fev/18	Fev/19	Jan/24	Abr/25
Quantidade de pediatras	684	587	541	451	445

Risco à segurança na UPA de Ceilândia foi avisado

Dr. Gutemberg e Dr. Carlos Fernando estiveram na UPA I de Ceilândia, no dia 23, atendendo denúncia de sobrecarga de trabalho na pediatria. Mesmo com o envio de relatório à Secretaria de Saúde e ao Iges, no dia seguinte, nada foi feito. O resultado foi a depredação da recepção da UPA, três dias depois.

A visita técnica decorreu de denúncia de agressão sofrida por uma médica plantonista que se encontrava sozinha no atendimento. Durante a visita, foi confirmado o déficit de pediatras na unidade, que continuou com pacientes acima da capacidade de internação.

No dia do ocorrido, a médica agredida realizava o atendimento sozinha. No momento da visita do sindicato, havia dois médicos clínicos na porta e duas pediatras em atuação. A recepção estava lotada de famílias esperando atendimento.

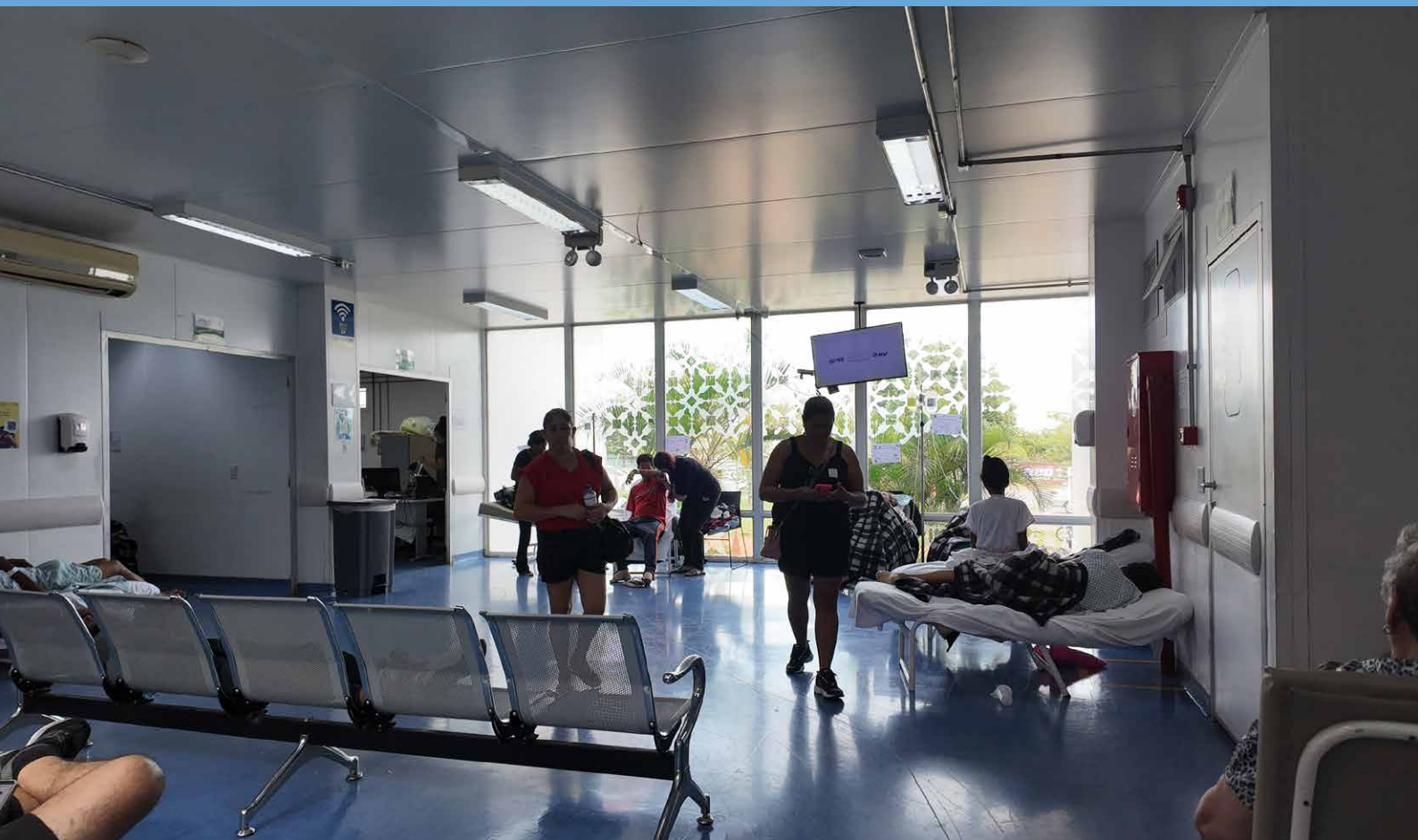
Foi relatado, ainda, que não conseguem transferir crianças em estado grave para os hospitais, também atendendo acima da capacidade. Pacien-

tes pediátricos em condições críticas, muitas vezes em situações que exigiriam cuidados intensivos permaneciam na unidade. Os especialistas em atuação na UPA têm sido obrigados a realizar procedimentos como intubação e sedação prolongada

Além disso, foram relatadas situações em que pediatras, diante da alta demanda na entrada da unidade, precisam deixar crianças em atendimento para dar suporte ao atendimento na porta, o que coloca em risco a segurança dos pacientes e dos próprios profissionais.

Na mesma tarde, o presidente e o vice estiveram no Hospital Regional de Ceilândia, onde encontraram a emergência pediátrica igualmente superlotada e número insuficiente de pediatras para atender a demanda da população.

Com 13.952 atendimentos em 2025, até 28 de abril, Ceilândia era a cidade do DF com mais atendimentos relativos às síndromes gripais, 82% mais do que Planaltina, segunda cidade com mais atendimentos.



Falta de leitos, de profissionais e escalas desordenadas no Guará

O atendimento pediátrico foi também o motivo para a visita técnica ao Hospital Regional do Guará (HRGu), em 10 de abril. Dr. Gutemberg constatou um cenário de sobrecarga generalizada e pior ainda na pediatria.

A equipe médica relatou que a escala ideal de pediatras para o hospital seria de 21 médicos. Atualmente, há apenas 11 especialistas ativos, o que representa uma equipe significativamente reduzida.

Os pediatras contratados como Pessoa Jurídica (PJ) não possuem escala fixa, o que gera instabilidade na cobertura dos plantões. Na semana anterior à visita, houve ausência de pediatra PJ

em um plantão de alta demanda, o que causou sobrecarga nos demais profissionais e agravou a situação de superlotação.

Também foram identificadas estruturas físicas inadequadas para o atendimento e acolhimento dos pacientes. Na falta de leitos, muitas vezes os profissionais precisam improvisar espaços inadequados para o atendimento aos pacientes.

No dia da visita havia apenas dois pediatras atuando na porta e um médico rotineiro. Nos fins de semana, não há rotineiro, o que dificulta ainda mais a organização e a qualidade do plantão. “Contatamos aquilo que estamos denunciando o tempo todo: faltam profissionais e condições de trabalho”, afirma Dr. Gutemberg.





Hospital Materno Infantil volta a ser o epicentro da crise

No mesmo dia da vistoria realizada no Hospital do Guará, Dr. Gutemberg e Dr. Carlos Fernando estiveram no Hospital Materno Infantil de Brasília, referência no atendimento pediátrico para todo o Distrito Federal.

Durante a visita realizada ao HMIB, foi constatado um cenário crítico de funcionamento da unidade, com sérios prejuízos à assistência prestada à população. Entre os principais pontos observados, destacavam-se a alta demanda de casos graves, com situações que exigiam maior dedicação da equipe médica, dada a gravidade das situações. Em função disso, a demora no atendimento gerava descontentamento nas famílias que aguardavam na porta.

Diante da superlotação e limitação de infraestrutura, recursos materiais e pessoal, a unidade

tem sido forçada a restringir a entrada de novos pacientes. A escassez de médicos e demais profissionais de saúde compromete a qualidade da assistência prestada e sobrecarrega as equipes em atividade.

No caso dos pediatras contratados como Pessoa Jurídica (PJ), a ausência de uma escala fixa gerou instabilidade na cobertura dos plantões. Muitos dos temporários escolhem os locais em que desejam atuar e, em diversas ocasiões, acabam não comparecendo aos plantões.

“A situação do HMIB é mais um retrato do abandono da rede pública de saúde do DF, que vem sendo denunciado de forma constante pelo SindMédico-DF. O sindicato continuará fiscalizando, denunciando e exigindo providências dos órgãos competentes para a garantia de um SUS de qualidade para todos”, afirma Dr. Gutemberg.

Demandas de citopatologistas do HMIB apresentadas à Sugep



A insuficiência de profissionais, sobrecarga e condições de trabalho insalubres, além da falta de infraestrutura, comprometem a liberação de exames realizados pelos médicos citopatologistas do Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB). Esse foi o motivo pelo qual o presidente e o vice-presidente do Sindicato dos Médicos do Distrito Federal (SindMédico-DF) foram ao Hospital Materno Infantil de Brasília (HMIB), no dia 20 de março.

Em reunião com médicos citopatologistas do Núcleo Central de Citologia (NCITO) e a diretoria do hospital. Durante o encontro, foi relatado que os profissionais do setor enfrentam exposição prolongada a agentes químicos nocivos. Também foi apontada a falta de infraestrutura adequada e defasagem de profissionais, o que compromete a agilidade no diagnóstico de pacientes. Além disso, a recente alteração nas escalas de trabalho aumentou a sobrecarga.

“As condições de trabalho no NCITO são extremamente preocupantes e impactam diretamente a qualidade do atendimento à população. É urgente que a Secretaria de Saúde tome providências para garantir um ambiente seguro e adequado para os médicos e demais profissionais da unidade”, destacou Dr. Gutemberg.

Após a reunião no HMIB, a direção do Sindicato agendou reunião com o então subsecretário de Gestão de Pessoas da Secretaria de Estado de Saúde do DF (SES-DF), João Eudes, que ocorreu no dia 13 de abril. Dr. Carlos Fernando, acompanhou representantes da equipe do NCITO para apresentar as demandas da equipe e propor soluções para os desafios enfrentados no núcleo.

Encaminhamentos foram definidos, com destaque para medidas que visam reduzir a sobrecarga de trabalho e otimizar o fluxo de liberação de exames foram apresentadas. As questões técnicas levantadas foram direcionadas às áreas específicas da gestão da SES.

SindMédico-DF cobra solução para problemas no HRSM

Dr. Gutemberg Fialho e Dr. Carlos Fernando realizaram diligência no Hospital Regional de Santa Maria (HRSM), na tarde de 18 de março, para dar resposta a questionamento do Ministério Público do Trabalho decorrente de inquérito aberto por denúncia apresentada pelo Sindicato, no ano passado.

Foi constatado que, as providências informadas

pelo Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do DF (Iges-DF) não resolveram o déficit de médicos e a sobrecarga de trabalho na área de ginecologia e obstetrícia que motivaram a denúncia.

O Sindicato continua acompanhando a situação e cobrando soluções ao Iges e à Secretaria de Estado de Saúde.

Nova Demografia Médica reafirma o sucateamento do SUS no DF

Dr. Carlos Fernando
Vice-presidente do SindMédico-DF

Recentemente lançada pela Associação Médica Brasileira e pela Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo, a Demografia Médica no Brasil 2025 mostra que a quantidade de médicos no Brasil cresce em ritmo mais acelerado do que o aumento da população. E o Distrito Federal continua sendo a unidade da Federação com maior proporção de médicos em relação à população residente. Enquanto a razão de médicos por grupo de 1 mil habitantes no Brasil é de 2,98, no DF são 6,28 médicos por mil habitantes, mais do que o dobro.

Esse fato, por si só, leva a questionar o motivo da dificuldade que a população brasiliense encontra para obter acesso à assistência em saúde no Sistema Único de Saúde no Distrito Federal.

Entre 2015 e 2025, a população do Distrito Federal cresceu 13,7%, segundo a base de dados demográficos utilizada para o planejamento da saúde, disponível no portal InfoSaúde, da Secretaria de Estado de Saúde. Nesse mesmo período, o número total de médicos com registro ativo no Conselho Regional de Medicina passou de 11.951 para 20.333, um aumento de 70%.

Na pediatria, que passa pelo colapso anual motivado pela corrida às unidades de saúde em decorrência da sazonalidade das doenças respiratórias, o número de especialistas cresceu 38,6%. No serviço público de

saúde, no entanto, como o Sindicato dos Médicos do Distrito Federal tem apontado, o número de profissionais só cai. Na última década, a perda de especialistas na área chega a 35%.

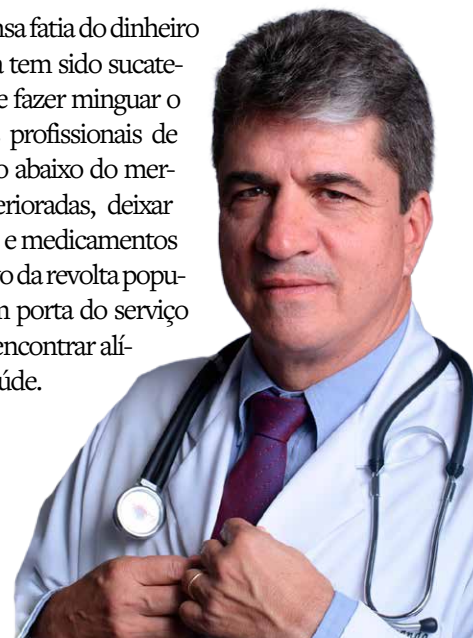
A razão de médicos em relação à população no DF é maior do que a média dos países que compõem a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), que é de 2,7/1.000. E quando olhamos para a pediatria, vemos cair por terra toda a possibilidade de argumentação do Governo do Distrito Federal sobre falta de profissionais no mercado de trabalho local.

Comparado aos países que compõem a OCDE, o Brasil fica na 11ª posição no ranking relativo à proporção de pediatras para cada grupo de 100.000 habitantes. A média da OCDE é 18,05/100.000. A média Brasileira é de 23,5. No DF, a proporção é muito maior: são 58 pediatras para cada 100.000 moradores!

Mas quando se considera o número de profissionais concursados no quadro da Secretaria de Saúde do DF, os números são decepcionantes. Considerado o contingente de 70% da população que não tem plano de saúde, o serviço oferece 2,17 médicos por 1 mil habitantes e, de novo tomando o exemplo da pediatria, 19,8 especialistas por 100.000 habitantes, abaixo da média brasileira.

É evidente que o problema da saúde pública no DF não são os médicos. O problema é a falta de uma política de saúde que tenha o foco no atendimento à necessidade desse contingente populacional menos favorecido. O GDF quer entregar o orçamento bilionário da Saúde ao mercado – é uma visão de negócios e não de cumprimento da obrigação constitucional do Estado com o cidadão de dar acesso à assistência.

E, para entregar essa imensa fatia do dinheiro público às empresas, a receita tem sido sucatear a estrutura do SUS no DF e fazer minguar o quadro de médicos e outros profissionais de saúde ao ofertar remuneração abaixo do mercado, instalações físicas deterioradas, deixar faltar equipamentos, insumos e medicamentos e tornar esses profissionais alvo da revolta popular, que peregrina de porta em porta do serviço público de saúde do DF sem encontrar alívio para seus problemas de saúde.





VITÓRIA DA LEGALIDADE, DA MEDICINA E DA SAÚDE PÚBLICA!

No dia 8 de abril, o SindMédico-DF obteve decisão unânime do colegiado do Tribunal de Justiça do Distrito Federal e Territórios (TJDFT) no julgamento a Ação Direta de Inconstitucionalidade da Lei Distrital nº 7.530/2024, que autorizava a prescrição de medicamentos por profissionais da enfermagem no DF.

A ação foi proposta pelo Sindicato em defesa do Ato Médico e do que determina a legisla-

ção federal. A decisão, com efeitos retroativos e abrangência geral, reforça a importância de respeitar os limites legais do exercício profissional para garantir segurança aos pacientes e qualidade no cuidado à saúde.

“Essa conquista não é contra nenhuma categoria, mas a favor do que é certo, legal e seguro. Seguiremos vigilantes, atuando com responsabilidade jurídica e compromisso com a valorização da Medicina”, afirma o Dr. Gutemberg.

SINDICATO AJUIZA AÇÃO CONTRA O COMITÊ DE PLANEJAMENTO DA SAÚDE

O SindMédico-DF ajuizou Ação Civil Pública contra o Decreto Distrital no 46.855/25, que instituiu o Comitê de Planejamento da Saúde do Distrito Federal na estrutura da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal.

O Sindicato aponta que a medida afronta a legislação federal que define a estrutura e

o funcionamento do Sistema Único de Saúde (SUS), usurpa função que é do Conselho de Saúde do Distrito Federal e representa conflito de interesses ao colocar na estrutura decisória da Saúde representantes de prestadores de serviço privados que têm interesses de mercado.

Entidades como o Conselho Regional de Medicina do DF, Sindicato dos Enfermeiros, Conselho Regional de Psicologia do DF e Conselho Regional de Serviço Social do DF reforçaram a iniciativa do SindMédico-DF e ingressaram na ação na qualidade de amicus curiae.

INCOMPATIBILIDADE DE SECRETÁRIO DE SAÚDE É QUESTIONADA NA JUSTIÇA

Além de se opor na Justiça à intervenção na Saúde instituída por meio do Decreto Distrital no 46.855/25, o SindMédico-DF ajuizou Ação civil Pública que questiona a compatibilidade do ex-presidente do Instituto de Gestão Estratégica de Saúde do Distrito Federal (Iges-DF), Juracy Cavalcante Lacerda Jr., para ocupar o cargo de Secretário de Estado de Saúde do DF.

É uma situação que evidencia conflitos de interesses e a promiscuidade entre o público e o privado. “Já tivemos situação, na Operação Falso Negativo, em que o então secretário de Saúde foi afastado do cargo apontado como responsável por irregularidades quando presidente do Iges”, aponta Dr. Gutemberg Fialho, presidente do SindMédico.

SE VOCÊ TEM 25 ANOS DE SERVIÇO PODE TER DIREITO AO ABONO PERMANÊNCIA

O abono permanência é um benefício concedido ao servidor ativo que opta por permanecer em atividade após ter cumprido todos os requisitos para aposentadoria voluntária.

Se você completou 25 anos de serviço corrido (ou tem a possibilidade de converter o tempo de atividade insalubre em atividade especial) já cumpre os requisitos para solicitar o abono permanência.

Entre em contato com o departamento jurídico do SindMédico-DF, pelo telefone: 3244-1998.

Tire todas as suas dúvidas e receba orientação personalizada.

SUA PECÚNIA POR LICENÇA PRÊMIO FOI PAGA CORRETAMENTE?

Até o final de 2023, muitos servidores se aposentaram recebendo os valores referentes à conversão da licença prêmio em pecúnia (em atraso e parcelada), sem a aplicação da correção monetária devida. O SindMédico-DF convocou todos os médicos com direito a pecúnia pelas licenças não gozadas para virem ao sindicato dar entrada em processos para a cobrança da correção. Mas ainda existem médicos que não o fizeram.

Os valores são consideráveis e proporcionais ao tempo em atraso no pagamento. Segundo a área técnica do Sindicato, houve quem chegasse a receber R\$ 60 mil. Mas esse cálculo varia caso a caso. Se você ainda não deu entrada no pedido de correção monetária, procure a assessoria jurídica do SindMédico-DF o quanto antes, para não perder o prazo legal de cobrança. Agende o seu atendimento pela assessoria jurídica do Sindicato pelo 3244-1998.

FIQUE ATENTO AOS PRAZOS PARA O SUCESSO DE SUA DEFESA

Uma boa defesa demanda um bom preparo de argumentação, juntada de provas e tempo para que seja bem feita. A defesa dos médicos pela assessoria jurídica do SindMédico-DF tem alto grau de sucesso, acima de 70% dos casos. Mas a defesa pode ser prejudicada se houver demora para a elaboração da defesa.

Se você usa os serviços da assessoria jurídica do SindMédico-DF e recebeu notificação de Processo Administrativo, Processo Ético ou intimação judicial, procure imediatamente o atendimento do departamento jurídico. O contato deve ser feito por meio da secretaria, pelo telefone 3244-1998.



TERCEIRIZAÇÃO

FAZ MAL À SAÚDE

**Uma campanha
SindMédico-DF**

em defesa da Saúde Pública.